

Balanço do Trabalho Parlamentar

XIII LEGISLATURA 2ª sessão Legislativa

GRUPO PARLAMENTAR DO PCP



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
Fax: 213917432
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar	4
2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar	7
3. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpeleções ao Governo	9
5. Debate do Orçamento do Estado.....	12
Debate na Generalidade do OE2017	12
Debate na Especialidade do OE2017 - audições na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa	13
A intervenção e as propostas do PCP	13
Debate na Especialidade do OE2017- Plenário	13
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2017	14
Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP	14
8. Debate do Estado da Nação.....	22
9. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro	23
10. Declarações Políticas.....	24
11. Jornadas Parlamentares.....	25
12. Comissões Eventuais.....	26
14. Projetos de Lei	27
15. Projetos de Resolução.....	30
16. Apreciações Parlamentares	34
17. Votos apresentados pelo PCP	35
18. Perguntas e Requerimentos.....	38

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP agiu determinadamente nesta 2ª Sessão Legislativa tendo como linha orientadora o programa eleitoral do PCP e dando expressão institucional à luta de massas e às necessidades do país, num quadro em que a correlação de forças existente permitiu repor direitos, rendimentos e salários, ainda que de forma limitada.

O trabalho parlamentar reflete a profunda ligação dos Deputados do PCP à realidade concreta dos trabalhadores e das populações, trazendo à Assembleia da República não só a denúncia dos problemas sentidos, mas também a apresentação de soluções que conduzem à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, na perspetiva da justa redistribuição da riqueza, na promoção da produção nacional e na defesa dos direitos do trabalho e das funções sociais do Estado.

As questões do combate à precariedade, abordadas também numa interpelação ao Governo, do fim da caducidade da contratação coletiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, e a revogação dos mecanismos de desregulação dos horários de trabalho, a defesa dos setores produtivos, o apoio às micro, pequenas e médias empresas, a redução dos custos da energia para os utentes e para o setor produtivo, a defesa do controlo público da banca, a valorização do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e da Segurança Social, a defesa do direito à habitação e à cultura, pelo desenvolvimento regional, são matérias que marcaram significativamente a intervenção do Grupo Parlamentar do PCP nesta sessão legislativa.

Foram realizadas cerca de 360 audiências com pessoas e entidades na Assembleia da República ao que se somam centenas de encontros, reuniões e visitas descentralizadas realizadas pelos deputados em todos os distritos.

Foram promovidas nesta Sessão Legislativa 16 Audições Públicas temáticas, que permitiram ouvir diretamente os interessados nas diversas matérias abordadas e que foram essenciais para o acerto do conteúdo de muitas e variadas propostas apresentadas pelo PCP, com destaque para as audições públicas em torno das questões do combate à precariedade e sobre “Horários de trabalho: combate à desregulação, 35 horas, respeitar direitos!”.

Da soma do património de propostas do PCP, do seu programa eleitoral e dos contributos recolhidos nas centenas de encontros e contactos estabelecidos, resultaram as 193 iniciativas legislativas apresentadas, incluindo 77 Projetos de Lei, 104 Projetos de Resolução e 12 Apreciações Parlamentares, a que se somam também as mais de 800 Perguntas e Requerimentos entregues ao Governo e a outras entidades.

Das mais de 60 iniciativas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP que foram aprovadas destacamos as seguintes:

- a redução progressiva do pagamento especial por conta para as micro, pequenas e médias empresas até à sua substituição por critérios adequados de tributação;
- a possibilidade de opção dos consumidores pela tarifa regulada da eletricidade;
- a prorrogação do período transitório de aplicação do novo regime de arrendamento urbano para os idosos, pessoas com incapacidade superior a 60% e famílias com menores rendimentos e alargamento da duração de contrato para cinco anos;
- o alargamento dos beneficiários do Programa Porta 65 Jovem;
- a nova lei dos baldios;

- as alterações introduzidas nos diplomas referentes à Carris e à STCP no âmbito das apreciações parlamentares, garantindo a sua gestão pública e impedindo a privatização;- as alterações introduzidas ao regime do emprego científico, assegurando mais direitos aos trabalhadores científicos, no âmbito da apreciação parlamentar;
- a salvaguarda do direito de declaração de guarda conjunta para menores para efeitos de IRS;
- o alargamento do período transitório dos professores do ensino politécnico, na sequência da apreciação parlamentar, e a garantia da remuneração adequada face à categoria em que foram colocados;
- o efetivo respeito pelos princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional com a alteração ao Código Cooperativo;
- a uniformização do calendário escolar da educação pré-escolar e do ensino básico;
- a recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche.

Quadro comparativo da 2ª Sessão da XII Legislatura

Proj. Lei	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	77	23	48	55	61	28	40
Aprovados VFG	18	17	19	16	19	6	9
Aprc. Parlamentares	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentadas	12	0	2	1	6	0	0
Aprovadas VFG	4	0	0	0	3	0	0
Iniciativas que deram origem a Leis - totais	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Total apresentadas	89	23	50	56	67	28	40
Total aprovadas	22	17	19	16	22	6	9
Proj. Resolução	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	104	61	94	83	130	57	44
Aprovados	58	40	36	52	71	23	18

Destacamos ainda as seguintes iniciativas legislativas apresentadas pela sua importância e oportunidade política:

- o aumento do salário mínimo nacional para os 600 euros;
- a revogação do corte de 10% no subsídio de desemprego;
- o reforço dos direitos dos trabalhadores em regime de turno e trabalho noturno;
- conferir à ACT a natureza de título executivo às decisões condenatórias;
- a limitação da utilização do regime de trabalho temporário;
- o reforço dos direitos dos sinistrados do trabalho;
- o alargamento do regime de IVA de Caixa a mais empresas;
- a integração do Novo Banco no setor público bancário;
- a gestão democrática das escolas;
- o regime jurídico da educação especial;
- a colocação de psicólogos nas escolas e a garantia dos seus direitos;
- a defesa do direito à água e da gestão pública dos serviços de abastecimento de água e saneamento;
- a criação das regiões administrativas;
- o novo regime de finanças locais;
- novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- novo estatuto da condição policial;
- o reforço dos direitos dos efetivos da GNR quanto às férias e horário de referência;
- a regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados;

- a alteração à lei da nacionalidade.

O Orçamento do Estado para 2017 incorporou um conjunto de medidas que resultaram da intervenção, contributos e propostas do PCP, medidas positivas ainda que aquém do necessário possibilitaram novos avanços na reposição e conquista de direitos e rendimentos.

Foram aprovadas mais de 50 medidas com o contributo ou proposta do PCP durante o processo de discussão na especialidade, de entre as quais se destacam:

- a reposição do direito à contratação coletiva no Sector Público Empresarial;
- o aumento do subsídio de refeição na administração Pública;
- a abertura do processo de combate à precariedade na administração pública;
- a consolidação de mobilidades intercarreiras e intercategorias;
- o aumento extraordinário das pensões;
- o alargamento da atribuição do abono de família;
- a redução do preço da gasolina na pesca e do gasóleo agrícola;
- a redução do preço de gás de garrafa;
- novo imposto sobre património imobiliário de elevado valor;
- a gratuidade dos manuais escolares para os alunos do 1º ciclo;
- a substituição da subcontratação de empresas pela contratação de profissionais de saúde;
- a renovação dos contratos dos médicos internos e a criação de vagas para o internato médico;
- a gratuidades da entrada dos museus e monumentos nacionais nos domingos e feriados de manhã.

Apesar dos avanços que este Orçamento do Estado comportou, e que justificaram o voto favorável do PCP, a verdade é que houve um conjunto de outras matérias em que teria sido possível avançar, caso o PS e o Governo tivessem decidido enfrentar os interesses do grande capital e a União Europeia.

Assim, e apesar das propostas apresentadas pelo PCP, o Orçamento do Estado deixou por responder importantes problemas e questões, designadamente no que diz respeito ao objetivo de eliminar as restrições impostas a direitos e remunerações na administração pública e sector empresarial do Estado; ao cumprimento da Lei de Finanças Locais e ao aumento da tributação fiscal sobre o capital financeiro e os grupos económicos.

Tal como assumiu nesta nova fase da vida política nacional, o PCP não irá perder nenhuma oportunidade para repor e conquistar direitos e rendimentos dos trabalhadores e do povo. Uma intervenção que se pauta pela firme defesa dos direitos de trabalhadores e dos direitos sociais, pela aposta na produção nacional, na afirmação da nossa soberania e independência, no sentido do desenvolvimento económico e do progresso social, ao mesmo tempo que cada vez mais se evidencia a necessidade da política patriótica e de esquerda para responder aos problemas nacionais e assegurar um Portugal desenvolvido e soberano.

2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar

- **Audição Pública - “precariedade” (10/07/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-combate-precariedade-emprego-com-direitos>
- **Audição Pública - “treinadores” (03/07/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-situacao-dos-treinadores>
- **Audição Pública - “Que futuro para o Património Cultural?” (26/06/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-patrimonio-cultural>
- **Audição Pública - “Bombeiros - missões, meios e desafios” (23/06/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-situacao-dos-bombeiros-da-proteccao-civil>
- **Audição Pública - “Direito à Habitação- A Intervenção Pública” (23/06/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-direito-habitacao>
- **Audição Pública - “Horários de trabalho: combate à desregulação, 35 horas, respeitar direitos!” (15/05/17)**
<http://www.pcp.pt/horarios-de-trabalho-combate-desregulacao>
- **Audição Pública - “Necessidades Especiais transitórias e permanentes: intervir para garantir a efectiva inclusão” (07/04/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-necessidades-educativas-especiais-transitorias-permanentes>
- **Audição Pública - “O impacto do Acordo Comercial entre a União Europeia e o Canadá (CETA)” (31/03/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-impacto-do-acordo-comercial-entre-uniao-europeia-canada-ceta>
- **Audição Pública - “«A situação e o futuro do Metropolitano de Lisboa»” (24/03/17)**
- **Audição Pública - “A regulamentação de apoio a crianças prematuras (10/03/17)**
- **Audição Pública - “Prioridade à segurança e fiabilidade na operação ferroviária” (06/03/17)**
- **Audição Pública - “A PT, depois da privatização e com a gestão da Altice” (20/02/17)**
- **Audição Pública - “O livro e a leitura: situação e perspetivas” (17/02/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-livro-leitura>
- **Audição Pública - “Emprego Científico” (03/02/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-emprego-cientifico>

- **Audição Pública - “Deficiência, Emprego, Sinistralidade Laboral, Proteção Social: Direitos na Lei e na Vida” (27/01/17)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-deficiencia-sinistralidade-laboral-protecao-social>
- **Audição Pública - “O presente e o futuro do Grupo TAP: preocupações, alertas e medidas urgentes a tomar” (03/10/16)**
<http://www.pcp.pt/presente-futuro-do-grupo-tap-preocupacoes-alertas-medidas-urgentes-tomar>

3. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Debate Temático - A privatização da PT, a situação dos seus trabalhadores e a concentração e domínio monopolista - (19/07/17)**

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[É preciso travar a fraude em curso e reverter o processo de destruição da PT](#)"

Intervenção de Bruno Dias - "[Os trabalhadores da PT estão a ser sujeitos a uma enorme chantagem e repressão](#)"

- **Interpelação ao Governo - Produção Nacional - Desenvolvimento soberano para o presente e para o futuro do País (24/05/17)**

Intervenção de Francisco Lopes "[Um País que não produza está sujeito à dependência, à desvalorização e ao definhamento](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[Portugal precisa de promover a produção e a produtividade, o crescimento, o emprego](#)"

Intervenção de Paula Santos "[Temos experiência, conhecimento e capacidade para desenvolver a indústria transformadora](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[A política energética está hoje completamente subordinada aos interesses dos grupos monopolistas](#)"

Intervenção de António Filipe "[Os fundos comunitários são canalizados para o agro-negócio](#)"

Intervenção de João Ramos "[A solução para o país passa por uma aposta forte na agricultura familiar, na pequena e média agricultura](#)"

Intervenção de João Ramos "[Se Portugal não captura o pescado que consume, alguém o faz por si](#)"

Intervenção de Jorge Machado "[De norte a sul do país é preciso investir nos portos e na actividade portuária](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Defender a produção, o pleno emprego, os direitos e o desenvolvimento do país](#)"

- **Agendamento Potestativo do Projecto de Lei que [repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções colectivas de trabalho](#). (04/05/17)**

Intervenção de Rita Rato "[Os lucros de uma minoria são amassados à custa da retirada de direitos a uma maioria](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[O estado não pode ter uma posição contrária aos interesses dos trabalhadores e seus direitos](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[O patronato nunca se conformou com a perda do poder unilateral de ditar as regras](#)"

Intervenção de Carla Cruz "[É através da contratação colectiva que se registam progressos nas condições de trabalho](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Os direitos dos trabalhadores não são defendidos ameaçando de caducidade os seus contratos](#)"

Projecto de Lei N.º 169/XIII/1.ª [Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fev.](#)

- **Debate sobre o Programa Nacional de Reformas (19/04/17)**

Intervenção de Bruno Dias "[O país tem de recuperar o tempo perdido e avançar em investimento público de qualidade](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[É preciso reverter o saque fiscal do anterior Governo PSD/CDS aos rendimentos do trabalho](#)"

Intervenção de Carla Cruz "[É imprescindível o reforço da resposta pública no Serviço Nacional de Saúde](#)"

Intervenção de João Oliveira "[PCP afirma a rejeição destes instrumentos de condicionamento de opções soberanas do país](#)"

- **Debate de Urgência sobre a Dívida Pública - [O problema da dívida pública tem consequências dramáticas para o País](#) (23/03/17)**

Intervenção de Paulo Sá "[A resolução do problema da dívida é um imperativo nacional e exige uma acção decisiva](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[É necessário libertar Portugal da armadilha e das amarras da dívida](#)"

Intervenção de João Oliveira "[A solução para a dívida pública é uma decisão política e tem de ser assumida pelo Estado Português](#)"

- **Debate Temático sobre [precariedade laboral na Administração Pública - Na lei e na vida, a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo](#) (16/02/17)**

Intervenção de Rita Rato "[Precariedade é sinónimo de retrocesso, individual e colectivo, de um país inteiro](#)"

Intervenção de António Filipe "[Há trabalhadores que têm 20 anos de vínculos precários](#)"

Intervenção de Rita Rato "[A precariedade não caiu do céu, é responsabilidade de sucessivos governos](#)"

- **Debate sobre Contratação Colectiva - [Reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e o fim da caducidade na lei](#) (10/02/17)**

Intervenção de Rita Rato "[A contratação colectiva tem um papel estruturante na regulação do trabalho e na consagração de direitos](#)"

Intervenção de António Filipe "[É imperioso repor condições de dignidade dos trabalhadores no direito do trabalho português](#)"

Intervenção de Rita Rato "[A quem serviu a caducidade da contratação colectiva?](#)"

- **Debate de Actualidade sobre a [situação do Novo Banco](#) (12/01/17)**

Intervenção de Miguel Tiago "[A única solução que defende o interesse nacional, é a integração do Novo Banco no sistema público bancário](#)"

Declaração de Miguel Tiago [A proposta do PCP para o Novo Banco](#)

Projecto de Resolução N.º 171/XIII/1.ª [Determina a manutenção do Novo Banco na esfera pública, assegurando a sua propriedade e gestão públicas ao serviço dos interesses do povo e do país](#)

- **Agendamento Potestativo do Projecto de Lei que [Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano...](#) (20/10/16)**

Intervenção de Paula Santos "[Com a lei das rendas, milhares de pessoas perderam a sua habitação](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[Contribuir para uma resposta urgente aos graves problemas criados pela Lei dos Despejos](#)"

Intervenção de Diana Ferreira "[Para muitas colectividades, a lei das rendas foi a machadada final](#)"

Intervenção de Paula Santos "[PSD e CDS ignoram propositadamente as dificuldades das famílias](#)"

Projecto de Lei N.º 310/XIII/2.ª [Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com Rendimento Anual Bruto Corrigido \(RABC\) inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais \(RMNA\), para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o Arrendamento não habitacional](#)

5. Debate do Orçamento do Estado

Debate do Orçamento do Estado para 2017

(26/10/16)

[Contrariar aspectos negativos e levar mais longe a resposta aos problemas do país](#)

Proposta de Lei n.º 37XIII/2.ª [Aprova o Orçamento do Estado para 2017](#)

Pesquisa de propostas de alteração - [site do OE2017](#)

[Página do OE2017](#)

Declaração de João Oliveira [sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2017](#)

Apresentação OE - [debate com Ministro das Finanças](#)

Apresentação OE (Orçamento da Segurança Social) – [debate com Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#)

Apresentação OE - [debate com Ministro das Finanças](#) (2ª audição)

Debate na Generalidade do OE2017

[Ir mais longe no caminho de reposição de direitos e rendimentos](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Tudo o que combata a exploração e o empobrecimento terá o nosso apoio, contributo e proposta](#)"

Intervenção de João Ramos "[É preciso enfrentar constrangimentos e interesses instalados sobre os sectores produtivos](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[O investimento público é uma questão central e estratégica](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[Portugal não pode continuar a carregar o fardo de uma enorme e impagável dívida pública](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Se o orçamento é insuficiente e limitado, a solução é ir mais longe nessa reposição](#)"

Intervenção de Rita Rato "[O emprego com direitos é condição obrigatória para o desenvolvimento do país](#)"

Intervenção de Diana Ferreira "[Pela primeira vez em sete anos, estamos a discutir aumentos nas pensões](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[Está à vista o resultado para o país do domínio dos grandes grupos económicos e das transnacionais](#)"

Intervenção de António Filipe "[E que tal uma manifestação contra os feriados repostos?](#)"

Intervenção de Paula Santos "[Continuar a reversão dos cortes no financiamento da Escola Pública e do Serviço Nacional de Saúde](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[O Orçamento prossegue com o desagramento da carga fiscal, mas de forma insuficiente](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Sabemos a luta que foi preciso travar para interromper o rumo de destruição do país](#)"

Debate na Especialidade do OE2017 - audições na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

PCP questiona [Ministro do Planeamento e das Infraestruturas](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro dos Negócios Estrangeiros](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministra do Mar](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro dos Negócios Estrangeiros](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro do Ambiente](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Cultura](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Defesa Nacional](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Ciência e do Ensino Superior](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Saúde](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministra da Administração Interna](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Educação](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro da Economia](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministra da Justiça](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro Adjunto](#) sobre OE 2017
PCP questiona [Ministro das Finanças](#) sobre OE 2017

A intervenção e as propostas do PCP
([consultar](#))

OE 2017 – [1º conjunto de propostas](#)

OE 2017 - [2º conjunto de propostas](#)

OE2107 – [3º conjunto de propostas](#)

OE2017 – [4º conjunto de propostas](#)

Debate na Especialidade do OE2017- Plenário
[Melhorar respostas e soluções](#)

Intervenção de João Oliveira [sobre as propostas do PCP](#)

Intervenção de Rita Rato [sobre as proposta do PCP para valorização de direitos e rendimentos e o combate à precariedade](#)

Intervenção de Miguel Tiago [sobre a matéria do gestor público e dos membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos](#)

Intervenção de Ana Mesquita [sobre a proposta do PCP para reforço do número de assistentes operacionais nas escolas](#)

Intervenção de Carla Cruz [sobre a proposta do PCP para contratação de profissionais de saúde](#)

Intervenção de Rita Rato [sobre a proposta do PCP para reforço de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho](#)

Intervenção de Diana Ferreira [sobre a proposta do PCP na protecção social](#)

Intervenção de Diana Ferreira [sobre a proposta do PCP para aumento das pensões](#)

Intervenção de Paulo Sá [sobre a proposta do PCP para a redução de encargos e reversão de parcerias público-privadas](#)

Intervenção de Ana Virginia Pereira [sobre a proposta do PCP para o serviços de águas, saneamento e resíduos](#)

Intervenção de Ana Mesquita [sobre a proposta do PCP para reforço dos assistentes operacionais nas escolas](#)

Intervenção de Paula Santos [sobre as propostas do PCP para as Autarquias Locais](#)

Intervenção de João Oliveira [sobre as matérias em torno da Caixa Geral de Depósitos](#)

Intervenção de Ana Mesquita [sobre as propostas do PCP para a educação](#)

Intervenção de Bruno Dias [sobre as propostas do PCP para a área da energia](#)

Intervenção de Paulo Sá [sobre a proposta do PCP para a sobretaxa](#)

Intervenção de Bruno Dias [sobre as propostas do PCP para as pequenas e médias empresas](#)

Intervenção de João Ramos [sobre a proposta do PCP para a pequena pesca artesanal e costeira](#)

Intervenção de Ana Mesquita [sobre as propostas do PCP para a cultura](#)

Intervenção de João Ramos [sobre as propostas do PCP para valorizar a produção nacional](#)

Intervenção de Rita Rato [sobre as propostas do PCP para os trabalhadores da administração pública](#)

Propostas do PCP aprovadas no [primeiro dia de votações na especialidade do OE2017](#)

Propostas do PCP aprovadas no [segundo dia de votações na especialidade do OE2017](#)

Declaração de Jerónimo de Sousa – [PCP anuncia voto a favor do Orçamento do Estado para 2017](#)

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2017

João Oliveira - [Novos avanços para continuar a luta](#)

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP

Trabalho e Administração Pública

Reposição da contratação coletiva:

É retomada a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho no Sector Público Empresarial. A aprovação desta proposta é de um enorme alcance no plano dos direitos dos trabalhadores com contratação coletiva. Significa a devolução dos direitos consignados nos contratos e acordos coletivos aos trabalhadores. A partir de janeiro de 2017 proceder-se-á ao pagamento de subsídio de refeição, trabalho extraordinário e trabalho noturno por inteiro e os suplementos remuneratórios e restantes matérias serão pagos 50% em julho 2017 e 100% em janeiro 2018.

Aumento do subsídio de refeição na Função Pública:

Aumento do subsídio de refeição num valor de 5,5 euros/mês em janeiro a que se acrescentam mais 5,5 euros mês assegurando 11 euros/mês a partir de agosto.

Combate à precariedade na Administração Pública:

Serão identificadas as necessidades permanentes dos serviços, abertas vagas nos mapas de pessoal e iniciados os procedimentos de contratação até 31 de outubro de 2017. O objetivo é proceder à vinculação dos trabalhadores valorizando a experiência de quem já desempenhava as respetivas funções.

Consolidação de mobilidades intercarreiras e intercategorias:

A aprovação desta proposta permite a consolidação de inúmeras situações de mobilidade, nomeadamente a mobilidade intercarreiras, em especial em carreiras de grau de complexidade funcional diferente e intercategorias. A consolidação da mobilidade intercarreiras e intercategorias é positiva para os trabalhadores, assegurando a estabilidade do seu vínculo.

Possibilidade de levantamento das restrições ao pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar:

Consagração da possibilidade de definição de regimes de pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar, designadamente no sector da saúde

Interconexão de dados entre a Administração Fiscal, a Segurança Social e a Autoridade para as Condições do

Trabalho para combater a precariedade:

Com vista ao cumprimento da legislação laboral, nomeadamente no combate à precariedade, a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social cooperarão com a Autoridade para as Condições do Trabalho podendo disponibilizar dados necessários e determinantes para o desenvolvimento de ações inspetivas e desencadear os mecanismos legais adequados, dando-se um passo decisivo no combate ao falso trabalho independente e ao trabalho não declarado.

Garantia do acesso ao transporte para os trabalhadores das empresas públicas de transportes:

Foi aprovada a manutenção do acesso dos trabalhadores ao acesso aos transportes públicos

Reforço de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho:

Reforço do quadro de inspetores e técnicos superiores, como forma de adequação dos procedimentos inspetivos a uma intervenção eficaz, em matéria de inspeção do trabalho, no quadro da defesa dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição e dando combate às práticas ilegais que marcam diariamente a realidade laboral e que afetam milhares de trabalhadores

Pagamento do Subsídio de Natal:

Compromisso de reposição do pagamento por inteiro do subsídio de Natal em novembro, correspondendo a um direito dos trabalhadores, com um regime transitório em 2017 de pagamento de 50% em novembro.

Segurança Social

Aumento das pensões e aumento extraordinário das Pensões:

Além do aumento geral das pensões, haverá um aumento extraordinário para os pensionistas com pensões até 629 euros no valor de 10 euros a partir de agosto de 2017. Nas pensões mínimas regista-se também um aumento extraordinário (no valor de 6 euros) embora não atinjam o valor de 10 euros, como o PCP propôs.

Alargamento da atribuição do abono de família:

Em 2017 será alargado a atribuição do abono de família, quer em número de crianças abrangidas, quer no seu montante. O abono de família será ainda majorado para as crianças até 36 meses. Trata-se de uma importante medida para reforçar a proteção de crianças e jovens, contribuindo para a melhoria das condições de crianças e jovens e simultaneamente combater a pobreza infantil, que alastrou nos últimos anos devido à degradação das condições de vida das famílias e dos cortes nas prestações sociais.

Alargamento da majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio por cessação de atividade:

Eliminação da pensão de alimentos enquanto elemento para atribuição da majoração do montante do subsídio de desemprego.

Medida de apoio a desempregados de longa duração:

É prorrogada em 2017 a medida de apoio a desempregados de longa duração aprovada por proposta do PCP no OE 2016.

Amas familiares:

Prorrogação por um ano do regime aprovado no OE 2016 para contratação das amas da Segurança Social.

Fundo Especial de Segurança social dos Profissionais de Banca dos Casinos:

Transferência de verbas para assegurar a estabilidade do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos e o pagamento das respetivas prestações sociais.

Deficiência

Eliminação das barreiras arquitetónicas:

Durante 2017, o Governo, através do IHRU, elaborará um relatório sobre a situação das acessibilidades a nível nacional e adotará as medidas conducentes para que seja cumprida a legislação sobre acessibilidades e para que sejam progressivamente eliminadas as barreiras arquitetónicas e efetuadas as adaptações necessárias.

Equiparação dos prémios de mérito desportivo nas provas paralímpicas aos atribuídos nas provas olímpicas:

A aprovação desta proposta do PCP sinaliza a valorização e o reconhecimento do enorme trabalho dos atletas paralímpicos. Com a equiparação dos prémios atribuídos aos atletas paralímpicos aos dos atletas olímpicos, pondo fim a uma situação de discriminação e exclusão, cumprindo princípios constitucionais e princípios vertidos num conjunto de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais e valorizando, devidamente, aquela que é a participação destes atletas num conjunto de competições europeias e mundiais, bem como nos Jogos Paralímpicos.

Setores Produtivos

Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira:

Foi aprovada a aplicação de um regime de desconto no preço final da gasolina consumida, com uma redução equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicada ao gasóleo na pequena pesca artesanal e costeira, o que permite reduzir os elevados custos com os fatores de produção que afetam negativamente esta atividade.

Aumento do apoio a pequenos agricultores no gasóleo agrícola:

Foi aprovado a redução em 3 cêntimos do gasóleo agrícola para as explorações até cinco hectares nos consumos até 1000 litros de gasóleo, com o objetivo de reduzir os elevados custos com os fatores de produção e aumentar a rentabilidade da atividade agrícola dos pequenos e médios agricultores.

Alargamento do Fundo de Compensação Salarial para os Profissionais da Pesca:

Serão realizadas as alterações à legislação que regulamenta o Fundo de Compensação Salarial para os profissionais da pesca, no sentido do alargamento das compensações pagas ao abrigo deste Fundo a todas as situações de paragens, nomeadamente por motivos relacionados com paragens biológicas e gestão de stocks.

Micro Pequenas e Médias Empresas

Redução progressiva do Pagamento Especial por Conta:

Indo ao encontro de uma reivindicação das micro, pequenas e médias empresas, abriu-se o caminho para a progressiva redução do Pagamento Especial por Conta até à sua definitiva eliminação em 2019, iniciando em 2017 com uma redução de 1000 euros para 850 euros

Energia

Prolongamento da tarifa regulada de energia elétrica:

Com a aprovação desta proposta é prolongado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais de baixa tensão normal, até 31 de Dezembro de 2020. A manutenção por mais três anos da tarifa regulada possibilita uma maior fiabilidade e confiança para o consumidor avaliar as tarifas dos contratos no mercado liberalizado e o combate a preços de monopólio. A regulamentação da fixação do valor da tarifa transitória, regulada pela ERSE, deve corresponder ao valor médio de mercado.

Redução do preço do gás de garrafa:

Aprovação de um regime para redução do preço do gás de garrafa, adequando o seu regime de preços às necessidades dos consumidores.

Extinção da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis e regulação dos sectores petrolíferos e dos biocombustíveis:

Em 2017 será extinta a entidade nacional para o mercado de combustíveis integrando todas as atividades de regulação pública dos diversos sectores energéticos (eletricidade, gás natural, combustíveis fósseis e outros) numa única entidade, com claras vantagens quanto ao acompanhamento, monitorização e regulação de sectores que se articulam e interinfluenciam e as poupanças de recursos públicos evitando a duplicação de entidades.

Criação do Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC), sem agravamento de custos para os clientes finais de eletricidade e de gás natural:

Ficou assegurado que a criação do operador logístico de mudança de comercializador não terá mais custos para os clientes finais de eletricidade e de gás natural.

Criação da Agência Fiscalizadora da Energia:

O Governo procede em 2017 à reestruturação orgânica da fiscalização no sector energético, designadamente concentrando as atuais competências dispersas entre a ASAE, a ENMC e a DGEG numa entidade fiscalizadora especializada para o sector energético, a Agência Fiscalizadora da Energia, dotada de meios, recursos humanos e conhecimentos especializados para responder, numa visão integrada e com abordagem em toda a dimensão, diversidade e complexidade do sector energético.

Política Fiscal

Redução do IRS para famílias em que um dos membros do casal auferir um rendimento inferior a 95% do outro:

As tabelas do IRS respeitantes a «casado, único titular» aplicam-se aos rendimentos auferidos por titulares casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, quando apenas um dos cônjuges auferir rendimentos englobáveis, ou, auferindo-os ambos, o rendimento de um deles seja igual ou superior a 95% do rendimento englobado.

Alargamento da dedução das despesas de educação no IRS:

Ficou assegurado que as despesas de educação referentes à alimentação em refeitório escolar, de alunos inscritos em qualquer grau de ensino, são dedutíveis à coleta de IRS independentemente da entidade que presta o referido serviço e da taxa de IVA aplicada.

Novo imposto sobre património imobiliário de elevado valor:

O património imobiliário habitacional acima de 600 mil euros passa a ser tributado como adicional ao IMI à taxa de 0,7% e acima de um milhão de euros à taxa de 1%. A criação deste novo imposto introduz maior justiça fiscal ao tributar a acumulação de imóveis de muito elevado valor.

Valor de referência do IAS para cálculo do IMI:

A aprovação desta norma transitória, clarifica que o valor de referência do IAS é de 475€ para assegurar o benefício fiscal – a isenção – do Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias que se encontrem com algum tipo de incumprimento tributário devido à sua situação económica e social de muito baixos rendimentos

Avaliação Geral dos Prédios Rústicos:

Em 2017 o Governo procederá à reavaliação do valor patrimonial dos prédios rústicos de área superior a 50 hectares. Constitui uma medida que se integra numa maior justiça fiscal ao deixar de fora prédios abaixo dos 50 hectares que correspondem a pequenas e médias explorações agrícolas.

Economia

Isenção das taxas sobre as Autarquias Locais nas estradas nacionais:

Esta alteração põe fim à cobrança de taxas a entidades públicas, como autarquias locais, os serviços municipalizados e as empresas de capitais exclusivamente públicos, isentando-as, quando procedem à ocupação ou utilização de zonas de estradas nacionais para a realização de obras e atividades de captação e distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes e recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos da sua competência.

Regularização de acessos a estradas nacionais sem custos administrativos para os titulares de prédios:

A aprovação desta proposta impede que sejam imputados custos administrativos aos titulares dos prédios onde se localizam os acessos a estradas nacionais a regularizar, tendo em conta que eles já existiam à data da inclusão deste procedimento na lei.

Justiça

Registos e notariado:

Aprovada proposta para conclusão do processo de revisão dos estatutos profissionais dos trabalhadores das carreiras dos conservadores, notários e oficiais dos registos e notariado até ao final de 2017, o que permite a resolução do problema do estatuto remuneratório.

Não atualização do valor das custas processuais:

O aumento do Indexante de Apoios Sociais não é aplicado para efeito de atualização das custas processuais, isto é, em 2017 não há lugar à atualização das custas processuais, de forma a melhorar a acessibilidade dos cidadãos à justiça.

Educação

Gratuidade dos manuais escolares para os alunos do 1º ciclo:

Alargamento da gratuidade dos manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo para o ano letivo 2017/2018, abrangendo cerca de 370 mil crianças. A progressiva gratuidade dos manuais escolares iniciada em 2016 introduz uma perspetiva de enorme alcance no combate às assimetrias e desigualdades sociais, no combate ao insucesso escolar e na garantia da efetiva gratuidade do ensino e da igualdade no acesso e sucesso escolares.

Revisão dos critérios e fórmula de cálculo de atribuição de assistentes operacionais nas escolas:

A carência de assistentes operacionais nas escolas é uma realidade que cria constrangimentos diários no funcionamento das escolas. Com a aprovação desta proposta, serão revistos os critérios e fórmula de cálculo para a determinação do rácio de assistentes operacionais nas escolas, de forma a que respondam às necessidades e especificidades de cada escola e supram a falta generalizada destes trabalhadores.

Reposição dos apoios da Ação Social Escolar às visitas de estudo para estudantes dos escalões A e B da ação social escolar:

É reposto o apoio às visitas de estudo ao nível da ação social escolar aos alunos dos escalões A e B, pondo fim a uma profunda injustiça e desigualdade, de responsabilidade do anterior governo.

Ciência e Ensino Superior

Suspensão da atualização do valor das propinas no ensino superior:

No ano letivo 2017/2018 o valor mínimo e máximo das propinas não será atualizado. As propinas constituem efetivamente um obstáculo no acesso e frequência no ensino superior, pelo que o não aumento do seu valor mínimo e máximo, ainda que insuficiente, insere-se numa perspetiva de minorar os seus impactos profundamente negativos nos estudantes.

Apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses em formato digital: Na apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses passa a ser suficiente o formato digital, reduzindo bastante os custos para os estudantes.

Saúde

Substituição da subcontratação de empresas por contratação de profissionais de saúde:

Aprovada proposta para pôr fim à contratação de empresas de trabalho temporário nos estabelecimentos públicos de saúde, substituindo gradualmente os contratos com estas empresas pela contratação direta dos profissionais de saúde, integrando-os nas carreiras e com vínculo à função pública para assegurar o funcionamento adequado dos serviços públicos de saúde.

Renovação dos contratos dos médicos internos:

A aprovação desta proposta dá uma maior estabilidade e uma perspetiva aos jovens médicos internos que em 2015 ficaram sem acesso à formação especializada. Para além destes médicos se manterem vinculados e ao serviço do SNS, serão criadas vagas de acesso ao internato médico em número adequado de forma a possibilitar o ingresso destes profissionais na formação médica especializada, cumprindo os requisitos de idoneidade formativa definidos no Regulamento do Internato Médico.

Aumento da quota de medicamentos genéricos para 40% em valor:

Durante o ano de 2017 serão adotadas medidas de incentivo à utilização dos medicamentos genéricos com vista a aumentar a quota destes medicamentos para os 40% em valor. A aprovação desta medida conduz a uma dupla poupança, para o Estado e para os utentes, e permite uma maior acessibilidade dos utentes à saúde e aumenta a adesão à terapêutica.

Estrutura de combate à toxicod dependência, ao alcoolismo e a outras dependências:

O Governo, durante o ano de 2017, procede ao levantamento das consequências da extinção do IDT, IP e deve avaliar as condições para a criação, no âmbito da administração pública, de uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que tenha como missão a coordenação, o planeamento, a investigação e a intervenção no combate à toxicod dependência, ao alcoolismo e a outras dependências, integrando as vertentes da prevenção, da dissuasão, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção social.

Alteração ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, produtos e suplementos dietéticos e/ou nutricionais para crianças com sequelas que resultam da prematuridade: As crianças nascidas com grande prematuridade necessitam de cuidados especiais, designadamente de apoio nutricional e de dispositivos técnicos, imprescindíveis para a sua sobrevivência e a qualidade de vida. Os custos decorrentes desta situação são muito elevados (podendo atingir entre 300 a 400 euros mensalmente) considerando que muitos deles não têm qualquer tipo de comparticipação. Com a aprovação desta proposta, proceder-se-á ao alargamento da comparticipação destes produtos e dispositivos o que permite desde já assegurar o direito à saúde destas crianças.

Cultura

Plano de intervenção na fortaleza de Peniche:

Na sequência da intervenção do PCP com vista a preservar a importância histórica da Fortaleza de Peniche, na resistência e na luta pela liberdade e democracia, o Governo elaborará um plano de intervenção urgente do Forte de Peniche, que detenha a degradação do complexo da Fortaleza,

nomeadamente, das muralhas e dos edifícios da antiga prisão política de alta segurança ali instalada pelo regime fascista.

Reforço das verbas para o apoio às artes:

As verbas alocadas para o apoio às artes são reforçadas em 925 mil euros, com o objetivo de aumentar o número de candidaturas aprovadas e o montante a atribuir, no âmbito dos apoios anuais e dos apoios plurianuais. O aumento do orçamento dedicado a políticas culturais é uma condição para o aprofundamento do papel do Estado nas funções que a própria Constituição da República lhe atribui e é fundamental para a continuidade e existência das várias estruturas artísticas.

Gratuidade da entrada nos Museus e Monumentos nacionais nos domingos e feriados:

Em 2017 será reposta a gratuidade da entrada nos museus e monumentos nacionais nos domingos e feriados até às 14h para todos os cidadãos residentes no território nacional. Esta medida insere-se no princípio constitucional da democratização do acesso à cultura.

Programa de apoio à criação literária com a abertura de um concurso para doze bolsas de criação literária em 2017:

Cabe ao Estado o apoio à criação cultural. Com a provação desta medida, é reposto em 2017 o programa de apoio à criação literária, através da atribuição de doze bolsas de criação literária.

Comunicação Social

Transferência Automática da Contribuição para o Audiovisual para a RTP:

A transferência para a RTP das receitas relativas à contribuição para o audiovisual será efetuada de forma automática, na totalidade e com periodicidade mensal, sem estarem sujeitas a cativação, retenção ou compensação, assegurando assim o regular funcionamento da RTP.

Reforço da transferência de verbas para a Lusa:

Foi reforçada a transferência de verba para a Lusa no valor de 2,59 milhões de euros de forma a equiparar o valor previsto do Orçamento de Estado para 2017 ao de 2016, garantindo pelo menos as mesmas condições para o cumprimento das obrigações de serviço público a que a Lusa está obrigada, bem como as condições de trabalho dos seus trabalhadores

Defesa

Recomposição das carreiras dos Sargentos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em Sargento-Mor:

Com a aprovação desta proposta põe-se fim a uma inaceitável injustiça e desigualdade, aplicando o regime previsto no Decreto-Lei n.º 134/97, de 31 de maio aos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em Sargento-mor que viram indeferidas as promoções que requereram ao abrigo desse diploma legal, permitindo desta forma a graduação dos militares na reforma através da recomposição da sua carreira.

Regiões Autónomas

Hospital Central da Madeira:

O Governo, em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, deve desenvolver as diligências necessárias à conceção e construção do novo Hospital Central da Madeira em condições que permitam a sua consideração como projeto de interesse comum por razões de interesse nacional, de forma a superar os sucessivos adiamentos e impasses a que este investimento tem sido sujeito e que é tão necessário para o acesso à saúde na Madeira.

Reforço dos meios de combate a incêndios e de apoio às populações na Região Autónoma da Madeira:

O Governo executa, em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, o reforço dos meios de combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira,

equacionando, designadamente, a utilização de meios aéreos, e o reforço do apoio às populações afetadas, garantindo a recuperação das habitações e outros bens materiais.

Não atualização das subvenções parlamentares:

Em 2017 as subvenções parlamentares atribuídas a cada grupo parlamentar, ao deputado único representante de um partido e ao deputado não inscrito em grupo parlamentar da Assembleia da República teriam um aumento automático por efeito da atualização do valor do IAS. Com a aprovação desta proposta, as subvenções parlamentares mantêm o valor de 2016

8. Debate do Estado da Nação

- Debate do Estado da Nação - [O País precisa da política patriótica e de esquerda que o PCP defende \(12/07/17\)](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa – [“O estado da Nação revela, com a força da realidade que o País precisa da política patriótica e de esquerda”](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa – [“Somos nós e não outros que temos de determinar da nossa vida e do nosso dever colectivo”](#)

Intervenção de João Oliveira – [“Valorizamos o que foi alcançado, mas é preciso ir muito mais longe”](#)

Intervenção de Paula Santos – [“É preciso contratar os profissionais de saúde em falta”](#)

Intervenção de Carla Cruz – [“Décadas de política de direita marcam ainda a grave situação na área da saúde”](#)

9. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro

Data	Tema
28-06-17	<u>«Está o governo disponível para acudir à floresta portuguesa como se fosse um banco a precisar de resgate?»</u>
08-06-17	<u>«São os consumidores a suportar os milhões de lucros das grandes empresas de energia»</u>
10-05-17	<u>«O emprego e os direitos laborais são essenciais para o desenvolvimento do país»</u>
26-04-17	<u>«É do futuro de uma geração que estamos aqui a falar»</u>
12-04-17	<u>«Há um mar de problemas que precisam de respostas»</u>
22-03-17	<u>«Os donos da UE só aceitam os que se submetem à sua visão e seus interesses»</u>
08-03-17	<u>«Um crescimento económico sustentável exige uma ruptura com o poder do capital monopolista»</u>
22-02-17	<u>«A culpa da fuga dos 10 mil milhões de euros não pode morrer solteira»</u>
08-02-17	<u>"O combate à precariedade deve ser assumido como uma política de Estado"</u>
27-01-17	<u>«O Estado tem sido promotor e estimulador da precariedade laboral»</u>
17-01-17	<u>«A valorização dos salários não pode estar atrelada à descida da TSU»</u>
22-12-16	<u>«É necessário ir às causas e aos causadores das desigualdades e pobreza»</u>
07-12-16	<u>«Valorizamos avanços mas não iludimos limitações e insuficiências»</u>
19-10-16	<u>"É tempo de lembrar aos senhores da UE que quem manda em Portugal são os portugueses"</u>
14-10-16	<u>"Quem trabalhou uma vida inteira tem o direito a ter a sua reforma aumentada"</u>
22-09-16	<u>"O que tivemos não foi austeridade, foi uma política de exploração e de empobrecimento"</u>

10. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
21-06-17	Jerónimo de Sousa	«Quando se apagarem os holofotes mediáticos não permitamos que se volte a cair no esquecimento»
18-05-17	Rita Rato	«O aumento do horário de trabalho é directamente proporcional ao aumento dos lucros dos grupos económicos»
25-04-17	Jorge Machado	«Inspirados em Abril e no tempo em que vivemos temos presente a força do povo»
29-03-17	António Filipe	«É preciso dizer basta às ameaças, à chantagem e às ingerências que nos chegam da União Europeia»
15-03-17	João Ramos	«No SNS não pode haver profissionais de primeira e profissionais de segunda»
15-02-17	Paula Santos	"Descentralizar implica o poder de executar mas também, e indispensavelmente, o poder de decidir"
01-02-17	Ana Mesquita	«A luta em geral contra a precariedade é também a luta pela defesa da Escola Pública»
05-01-17	Carla Cruz	«São precisas medidas imediatas para dar resposta os graves problemas do SNS»
14-12-16	Bruno Dias	A degradação do serviço público postal e o ataque aos direitos dos trabalhadores dos Correios
29-09-16	Miguel Tiago	"A União Europeia continua a prolongar a chantagem sobre os portugueses"
15-09-16	João Oliveira	"Este caminho só pode fazer-se com o envolvimento dos trabalhadores e do povo e a força da sua luta"

11. Jornadas Parlamentares

- **Jornadas Parlamentares em Coimbra, 10 e 11 de Abril de 2017**

Libertar Portugal dos constrangimentos que o impedem de se desenvolver

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa – “[Portugal precisa de afirmar a sua soberania e resistir ao rolo compressor da União Europeia e do euro](#)”

Declaração de Ana Mesquita [sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

- **Jornadas Parlamentares no Porto, 10 e 11 de Outubro de 2016**

Defender a produção nacional, criar emprego, reforçar os direitos

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[Os portugueses podem contar com o PCP e com as suas propostas](#)"

Declaração por ocasião da visita à exposição "Joan Miró: Materialidade e Metamorfose" patente na Fundação Serralves – [João Oliveira](#)

Declaração de Jorge Machado [sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

12. Comissões Eventuais

- **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas**
[Consultar trabalhos aqui](#)
- **Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**
[Consultar trabalhos aqui](#)
- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues**
[Consultar trabalhos aqui](#)

14. Projetos de Lei

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjl	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	77	23	48	55	61	28	40
Aprovados VFG	18	17	19	16	19	6	9

(atualizado a 25/07/17)

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	570	Estabelece um conjunto de medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios florestais de Pedrógão Grande e de reforço da prevenção e combate aos incêndios	Administração Interna
Pjl	549	Altera o Estatuto da GNR repondo justiça no direito a férias (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	Administração Interna
Pjl	547	Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	Administração Interna
Pjl	506	Programação de investimentos no sistema prisional	Administração Interna
Pjl	349	Aprova o estatuto da condição policial	Administração Interna
Pjl	347	Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)	Administração Interna
Pjl	343	Primeira alteração ao Decreto – Lei nº 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR)	Administração Interna
Pjl	591	Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março	Administração Pública
Pjl	590	Regularização de pessoal contratado a título precário na Administração Autárquica e no Setor Empresarial Local	Administração Pública
Pjl	475	Estabelece condições de igualdade entre trabalhadores em matéria de progressão na carreira por opção gestionária	Administração Pública
Pjl	303	Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	Administração Pública
Pjl	413	Estabelece as Bases da Política de Ambiente	Ambiente
Pjl	358	Proteção dos direitos individuais e comuns à água	Ambiente
Pjl	528	Lei Orgânica do Regime do Referendo (Sexta alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril)	Assuntos Constitucionais
Pjl	527	Terceira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)	Assuntos Constitucionais
Pjl	526	Exercício do direito de petição (Quarta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto)	Assuntos Constitucionais
Pjl	336	Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais	Assuntos Constitucionais
Pjl	340	Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)	Defesa
Pjl	429	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	428	Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	350	Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	582	Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado	Economia
Pjl	545	Determina a eliminação dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) e dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) com a EDP e outras empresas do sector electroprodutor	Economia
Pjl	482	Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de janeiro	Economia
Pjl	460	Extingue a remuneração certa e permanente dos membros de conselhos de fiscalização cuja composição resulte total ou parcialmente de eleição da Assembleia da República	Economia
Pjl	400	Reduz o preço do gasóleo rodoviário através do nível de incorporação de biocombustíveis	Economia

Pjl	389	Determina o regime jurídico da utilização de embalagens fornecidas em superfícies comerciais	Economia
Pjl	356	Procede à primeira alteração ao Código Cooperativo assegurando o efetivo respeito pelos princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional	Economia
Pjl	546	Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar	Educação e Ciência
Pjl	476	Suspende o regime de atualização do valor das refeições e do complemento de alojamento nas Instituições do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	468	Define o Regime jurídico da psicologia em contexto escolar e a contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino	Educação e Ciência
Pjl	363	Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Educação e Ciência
Pjl	357	Regime Jurídico da Educação Especial	Educação e Ciência
Pjl	313	Reforça a proteção dos arrendatários em caso de cessação de contrato de arrendamento (Terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 fevereiro, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro-Novo Regime de Arrendamento Urbano)	Habituação
Pjl	312	Garante o realojamento em caso de obras em prédios arrendados (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto - Regime Jurídico das obras em prédios arrendados e 70.ª alteração ao Código Civil)	Habituação
Pjl	311	Extingue o Balcão Nacional do Arrendamento e repõe o procedimento especial de despejo por via judicial	Habituação
Pjl	310	Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com Rendimento Anual Bruto Corrigido (RABC) inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais (RMNA), para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o Arrendamento não habitacional	Habituação
Pjl	309	Alarga o regime de transmissão por morte do arrendamento para habitação e garante a transmissão por morte no realojamento para habitação por obras ou demolição	Habituação
Pjl	399	Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais	Justiça
Pjl	374	Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho)	Justiça
Pjl	492	Pela criação de um Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil e implementação de medidas de apoio e isenção de custos na constituição e reconhecimento de associações juvenis	Juventude
Pjl	541	Procede à segunda alteração ao regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	505	Procede à 1.ª alteração do Decreto-Lei n.º 237/2007 de 19 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	437	Institui um regime especial de defesa e valorização das embarcações tradicionais portuguesas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	339	1.ª alteração à Lei n.º 33/2016, de 24 de agosto, clarificando as disposições relativas à realização de estudos financeiros, técnicos e jurídicos sobre o desenvolvimento futuro da TDT	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	504	Determina a integração do Novo Banco no setor público bancário e define as suas condições	Orçamento e Finanças
Pjl	494	Reforça as obrigações de supervisão pelo Banco de Portugal e a transparência na realização de auditorias a instituições de crédito e sociedades financeiras (36.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras)	Orçamento e Finanças
Pjl	405	Assegura o direito de declaração de guarda conjunta de menores para efeitos de IRS	Orçamento e Finanças
Pjl	404	Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro	Orçamento e Finanças
Pjl	403	Alarga o número de empresas abrangidas pelo regime do IVA de caixa	Orçamento e Finanças
Pjl	402	Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade	Orçamento e Finanças
Pjl	401	Alarga o regime de reembolso de ISP a empresas dos sectores produtivos	Orçamento e Finanças

Pjl	583	Assegura que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa de ocupação do subsolo não são repercutidas na fatura dos consumidores	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	574	Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	562	Regularização excecional da situação dos trabalhadores sem vínculo jurídico com funções permanentes nas autarquias locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	551	Lei das Finanças Locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	513	Altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Primeira alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	493	Alargamento dos beneficiários e dos apoios do Programa Porta 65 Jovem -terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro que cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	442	Lei - Quadro que estabelece as condições e requisitos de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	441	Estabelece o Regime Jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e regula as atribuições, competências e funcionamento dos respetivos órgãos	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	433	Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, e alterada pelas Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de novembro, n.º 3/2005, de 29 de agosto, n.º 3/2010, de 15 de dezembro, e n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	419	Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o "Regime jurídico das instituições do ensino superior")	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	298	Proíbe o aumento da propina do Ensino Superior Público	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	462	Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido	Saúde
Pjl	514	Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro	Segurança Social
Pjl	510	Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto	Segurança Social
Pjl	509	Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.ª alteração do Código do Trabalho e à 1.ª alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro	Segurança Social
Pjl	481	Estabelece um regime especial de acesso à pensão de invalidez e de velhice para os trabalhadores das pedreiras	Segurança Social
Pjl	423	Medidas de apoio social a mães e pais estudantes (1.ª alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)	Segurança Social
Pjl	398	Revoga o corte de 10% do montante do subsídio de desemprego após 180 dias da sua concessão (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro)	Segurança Social
Pjl	561	Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (6.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)	Trabalho
Pjl	508	Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	Trabalho
Pjl	458	Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 2.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de Setembro.	Trabalho
Pjl	375	Previne e combate o assédio no local de trabalho (12.ª alteração ao Código do Trabalho e 5.ª alteração ao Código do Processo do Trabalho)	Trabalho
Pjl	354	Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
Pjl	330	Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (12.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho

15. Projetos de Resolução

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjr	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	104	61	94	83	130	57	44
Aprovados	58	40	36	52	71	23	18

(atualizado a 19/07/17)

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	697	Recomenda ao Governo que tome medidas para maior valorização da participação das mulheres nas Forças e Serviços de Segurança.	Administração Interna
Pjl	994	Criação de um Programa para a redução e controlo da biomassa florestal	Agricultura e Pescas
Pjl	993	Propõe soluções para os problemas da produção lenhosa	Agricultura e Pescas
Pjl	971	Recomenda ao Governo que promova o desenvolvimento de campanhas de valorização e estímulo ao consumo de arroz carolino produzido em Portugal	Agricultura e Pescas
Pjl	970	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para valorização do pescado de baixo valor comercial	Agricultura e Pescas
Pjl	923	Recomenda ao Governo o reforço dos serviços de apoio, acompanhamento e aconselhamento agrícola do ministério da agricultura	Agricultura e Pescas
Pjl	922	Recomenda ao Governo o reforço dos laboratórios de Estado dos ministérios da agricultura e do mar	Agricultura e Pescas
Pjl	897	Pela construção de um matadouro público regional no Algarve	Agricultura e Pescas
Pjl	863	Valorização do leite dos pequenos ruminantes	Agricultura e Pescas
Pjl	856	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para promoção da produção de leite de pequenos ruminantes	Agricultura e Pescas
Pjl	849	Recomenda ao Governo a realização de uma ampla reflexão sobre a situação da atividade cinegética em Portugal como base para adequações legislativas em matéria de caça	Agricultura e Pescas
Pjl	757	Recomenda ao Governo o apoio à produção leiteira nacional, o combate à especulação da grande distribuição e a concertação de posições para reposição de um regime de regulação	Agricultura e Pescas
Pjl	513	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para concretização do cadastro rústico em Portugal	Agricultura e Pescas
Pjl	478	Recomenda ao Governo a promoção de medidas que salvaguardem a produção leiteira nacional	Agricultura e Pescas
Pjl	1025	Recomenda ao Governo que tome medidas eficazes para resolver os problemas ambientais causados pela SN Seixal – Siderurgia Nacional, S.A., na Aldeia de Paio Pires, no concelho do Seixal	Ambiente
Pjl	1003	Contra a poluição no rio Almonda	Ambiente
Pjl	805	Recomenda ao Governo a revisão dos instrumentos de gestão territorial do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, compatibilizando a proteção da natureza e a salvaguarda dos valores naturais com o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações	Ambiente
Pjl	789	Regulamentação e Relatório de Avaliação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população	Ambiente
Pjl	652	Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes e integradas de despoluição do Rio Vizela	Ambiente
Pjl	614	Recomenda ao Governo a implementação de medidas no âmbito da utilização de animais em investigação científica	Ambiente

Pjl	552	Recomenda ao Governo que se criem as condições para garantir a coexistência entre a salvaguarda dos valores naturais na ZPE Mourão/Moura/Barrancos e Sítio Moura/Barrancos, da Rede Natura 2000 e a atividade humana, nomeadamente agropecuária	Ambiente
Pjl	888	Regime do Canal Parlamento, do portal da Assembleia da República e da presença institucional nas redes sociais	Assuntos Constitucionais
Pjl	1023	Valorização do Movimento Associativo Popular	Cultura
Pjl	1021	Pela preservação e musealização do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das "Convertidas"	Cultura
Pjl	942	Pela preservação das ruínas da antiga cidade romana de Balsa	Cultura
Pjl	850	Recomenda a inventariação e classificação das obras do espólio de Arte do Banco Espírito Santo, atualmente do Novo Banco	Cultura
Pjl	790	Recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche	Cultura
Pjl	683	Proteção do património azulejar português	Cultura
Pjl	675	Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática	Cultura
Pjl	534	Musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão	Cultura
Pjl	477	Uma Política de Defesa da Natureza ao serviço do Povo e do País	Defesa
Pjl	1022	Travar a liquidação da PT, defender os trabalhadores e o interesse nacional	Economia
Pjl	846	Pela suspensão da pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur e reavaliação, no plano nacional, dos demais contratos de concessão	Economia
Pjl	829	Propõe a concretização de um programa de desburocratização e apoio às micro, pequenas e médias empresas	Economia
Pjl	781	Recomenda ao Governo o apoio e valorização da ourivesaria e o reforço das Contrastarias e da Imprensa Nacional - Casa da Moeda	Economia
Pjl	780	Pela eliminação do sobrecusto do investimento nas redes de energia e pelo controlo público da Central de Despacho da REN	Economia
Pjl	939	Concretização das obras na Escola Básica 2,3 Avelar Brotero, em Odivelas	Educação e Ciência
Pjl	931	Requalificação e ampliação urgente da Escola Básica de 2º e 3º ciclos El-Rei D. Manuel I em Alcochete	Educação e Ciência
Pjl	873	Propõe medidas de valorização dos professores e educadores e melhoria das suas condições de trabalho	Educação e Ciência
Pjl	816	Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira - Alandroal	Educação e Ciência
Pjl	756	Propõe a universalização de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade	Educação e Ciência
Pjl	696	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior	Educação e Ciência
Pjl	692	Recomenda o fim das propinas no ensino superior público	Educação e Ciência
Pjl	682	Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária José Falcão (Coimbra)	Educação e Ciência
Pjl	578	Defesa e valorização da Escola Pública	Educação e Ciência
Pjl	575	Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar no ensino pré-escolar e no ensino básico	Educação e Ciência
Pjl	561	Pela valorização da Língua Gestual Portuguesa	Educação e Ciência
Pjl	550	Recomenda ao Governo que desencadeie os mecanismos necessários para a construção da nova escola EB2/3 do Alto do Lumiar	Educação e Ciência
Pjl	538	Propõe o reforço dos assistentes operacionais das escolas e a sua adequação às necessidades, nomeadamente revendo os critérios que constam da Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro	Educação e Ciência
Pjl	511	Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior	Educação e Ciência
Pjl	475	Início das obras de requalificação na Escola Secundária de Camões no ano letivo 2016/2017	Educação e Ciência
Pjl	1027	Pelo realojamento dos moradores em Vale de Chicharos, no Concelho do Seixal	Habituação
Pjl	982	Reabilitação dos agrupamentos habitacionais designados por ILHAS na Cidade do Porto	Habituação

Pjl	950	Acesso dos habitantes de bairros ou núcleos de habitações precárias a serviços e bens essenciais	Habitação
Pjl	600	Recomenda medidas urgentes de suspensão de demolições e despejos sem alternativa, atualização das necessidades habitacionais e respostas de garantia do direito à habitação e à proteção social adequadas	Habitação
Pjl	940	Recomenda a construção urgente do novo edifício do Palácio da Justiça, em Coimbra	Justiça
Pjl	551	Curso extraordinário do CEJ para magistrados do Ministério Público	Justiça
Pjl	949	Recomenda ao Governo o reforço do apoio ao UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	728	Rejeita a entrada em vigor de forma parcial e provisória do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia e o Canadá	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	603	Pela rejeição dos Acordos de Livre Comércio e Serviços, designadamente do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia e o Canadá	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	586	Pronuncia-se pela Ratificação pelo Estado Português da Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias (adotada pela Resolução n.º 45/158, da Assembleia-geral, de 18 de dezembro de 1990)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	1024	Eliminação das portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	983	Pela Garantia da Ligação Ferroviária à Cidade de Viseu	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	943	Pela construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	938	Alargamento da rede de metro do Porto - Porto (Campo Alegre), Matosinhos e Vila Nova de Gaia	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	839	Garantia de Mobilidade na região de Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	838	Pela reabertura do serviço ferroviário de passageiros entre Leixões e Ermesinde e a sua ligação a Campanhã	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	818	Recomenda ao Governo o acompanhamento do processo de reposição urgente da circulação na estrada de acesso a El Granado (Provincia de Huelva – Espanha), que faz a ligação a Portugal através da ponte sobre o Rio Chança junto à localidade de Pomarão, no Concelho de Mértola	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	776	Plano de Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	674	Pela abolição das portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	635	Início das obras de reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	594	Pela defesa e valorização da estação de São Bento (Porto)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	804	Determina a integração do Novo Banco no sector público bancário	Orçamento e Finanças
Pjl	1026	Recomenda ao Governo que crie um Grupo de Trabalho no âmbito da viabilização do processo de reconversão urbanística, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	972	Recomenda a assunção de uma calendarização para a conclusão da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	957	Aprofundar o Estatuto de Ultraperiferia	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	823	Estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2019	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	521	Pelo fim do processo de demolições nas ilhas-barreira da Ria Formosa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	493	Melhore o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	476	Recomenda ao Governo a adoção de medidas visando reforçar os mecanismos de apoio ao combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira e às populações afetadas pela catástrofe de agosto de 2016	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1004	Reforço das respostas do SNS na área da Saúde Mental em Portugal	Saúde
Pjl	958	Pela reabertura do Serviço de Urgência Básica no Hospital de Espinho	Saúde
Pjl	941	Recomenda que sejam tomadas medidas que permitam aumentar as vagas para o internato de especialidade	Saúde
Pjl	934	Reforça as medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	906	Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes que permitam o cumprimento da lei no que respeita à redução do número de infeções hospitalares	Saúde
Pjl	848	Recomenda ao Governo a tomada de medidas que promovam a sensibilização para a importância da vacinação	Saúde

Pjl	834	Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde	Saúde
Pjl	815	Recomenda ao Governo que garanta a gestão pública do Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, dotando-o de meios humanos, materiais e financeiros adequados à prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade	Saúde
Pjl	649	Recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam decorrentes do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	595	Recomenda ao Governo a tomada de medidas que resolvam os problemas com que estão confrontados os Serviços de Urgência	Saúde
Pjl	592	Pela gestão pública do Centro de Reabilitação do Norte – Joaquim Ferreira Alves	Saúde
Pjl	574	Pela construção urgente de um Hospital público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde	Saúde
Pjl	535	Recomenda a realização de um estudo sobre a atual capacidade hospitalar instalada em Lisboa e do impacto da alteração da resposta do Centro Hospitalar Lisboa Central nas diferentes especialidades em todo o país	Saúde
Pjl	760	Reforço das respostas do Sistema Nacional de Intervenção Precoce	Segurança Social
Pjl	759	Valorização da formação profissional para as pessoas com deficiência	Segurança Social
Pjl	758	Alargamento do atendimento dos Balcões da Inclusão e reconhecimento de todos os documentos comprovativos de deficiência e incapacidade, melhorando as condições de acesso aos mesmos	Segurança Social
Pjl	745	Recomenda ao Governo que assegure o acesso dos reformados da indústria de lanifícios ao direito à comparticipação dos medicamentos	Segurança Social
Pjl	644	Garantia de estacionamento reservado para pessoas com deficiência	Segurança Social
Pjl	619	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 11-A/2017, de 17 de Janeiro, que "Cria uma medida excepcional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora."	Segurança Social
Pjl	520	Pelo direito à reforma sem penalizações para as profissões com limite de idade para o seu exercício	Segurança Social
Pjl	1005	Recomenda ao Governo que assegure igualdade de direitos entre trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho e trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
Pjl	826	Recomenda ao Governo a elaboração de um Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Trabalho
Pjl	654	Combate a precariedade laboral no sistema de Metro do Porto	Trabalho
Pjl	549	Aumento do salário mínimo nacional	Trabalho

16. Apreciações Parlamentares

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

APs	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	12	0	2	1	6	0	0
Aprovadas VFG	4	0	0	0	3	0	0

(atualizado a 25/07/17)

Tipo	Nº	Título	Área
Aprl	38	Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, que cria o ponto único de contacto para a cooperação policial internacional	Administração Interna
Aprl	41	Decreto-lei nº 64/2017, de 12 de junho – Aprova regime para novas centrais de biomassa florestal	Agricultura e Pescas
Aprl	41	Decreto-lei nº 64/2017, de 12 de junho – Aprova regime para novas centrais de biomassa florestal	Agricultura e Pescas
Aprl	33	Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, que "procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 83 -A/2014, de 23 de maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7 de março, e pela Lei n.º 12/2016, de 28 de abril, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário"	Educação e Ciência
Aprl	25	Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que "Aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento"	Educação e Ciência
Aprl	24	Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que "Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio"	Educação e Ciência
Aprl	27	Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, que "Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro, que estabelece o regime jurídico do ensino português no estrangeiro"	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Aprl	36	Decreto-Lei n.º 36/2017, de 28 de março, que "Cria o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários e extingue, por fusão, o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários e o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	31	Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que "transfere para o Município de Lisboa a titularidade e a gestão da Carris"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	28	Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, que "Determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A. (STCP), e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	26	Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de julho, que "Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas 2014/85/UE da Comissão, de 1 de julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	32	Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que "Regula o Regime Jurídico e os Estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde com a natureza de Entidades Públicas Empresariais, bem como as integradas no Setor Público Administrativo"	Saúde
Aprl	29	Decreto-Lei n.º 11-A/2017, de 17 de janeiro que "Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora"	Segurança Social

17. Votos apresentados pelo PCP

(actualizado a 19/07/17)

Tipo	Nº	Data	Título
Voto	361	06-07-2017	Voto de Condenação dos actos de violencia contra a República Bolivariana da Venezuelana e do povo venezuelano
Voto	358	06-07-2017	Voto de Solidariedade pela libertação de Khaleda Jarrar e de outros deputados do Conselho Legislativo Palestino
Voto	355	05-07-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Augusto Pólvora
Voto	348	22-06-2017	Voto de Congratulação pela Classificação do Concelho de Castro Verde como reserva da Biosfera
Voto	341	21-06-2017	Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios que atingiram o País
Voto	336	09-06-2017	Voto de Saudação a Manuel Alegre, pela atribuição do Prémio Camões
Voto	334	09-06-2017	Voto de Condenação pelo abandono dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris
Voto	333	08-06-2017	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados de Londres e Teerão
Voto	327	08-06-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de José Alberto Pires
Voto	324	01-06-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Silva Carvalho
Voto	323	01-06-2017	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados no Egito e no Afeganistão
Voto	322	31-05-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Urbano Rodrigues
Voto	316	23-05-2017	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado em Manchester
Voto	302	10-05-2017	Voto de Solidariedade para com os presos políticos palestinos nas prisões israelitas
Voto	301	10-05-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Baptista-Bastos
Voto	296	04-05-2017	Voto de Saudação ao 1.º de Maio - Jornada maior na luta dos trabalhadores
Voto	295	04-05-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Brederode Santos
Voto	291	24-04-2017	Voto de Louvor pelos resultados desportivos alcançados pelo atleta paralímpico português Lenine Cunha
Voto	289	21-04-2017	Voto de pesar pelo falecimento de Maria Helena Rocha Pereira
Voto	285	20-04-2017	Voto de condenação do atentado terrorista perpetrado em Alepo
Voto	284	20-04-2017	Voto de repúdio pelo agravamento da situação internacional e de apelo à defesa da paz
Voto	283	20-04-2017	Voto de repúdio pelas ações de ingerência e desestabilização contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano
Voto	282	19-04-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Carneiro
Voto	279	12-04-2017	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados em Estocolmo, no Egito e na Alemanha
Voto	277	07-04-2017	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado de São Petersburgo
Voto	273	06-04-2017	Voto de Condenação do prosseguimento da agressão contra o povo da Síria e a das operações de desestabilização visando sabotar as negociações de paz
Voto	269	06-04-2017	Voto de Repúdio pelas ações de ingerência e desestabilização contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano
Voto	264	28-03-2017	Voto de Louvor pelo Dia Mundial do Teatro
Voto	262	23-03-2017	Voto de Saudação pela Comemoração do Dia do Estudante
Voto	257	23-03-2017	Voto de Protesto e Repúdio pelas palavras insultuosas do presidente do Eurogrupo e a nova ameaça de sanções a Portugal por parte do Banco Central Europeu

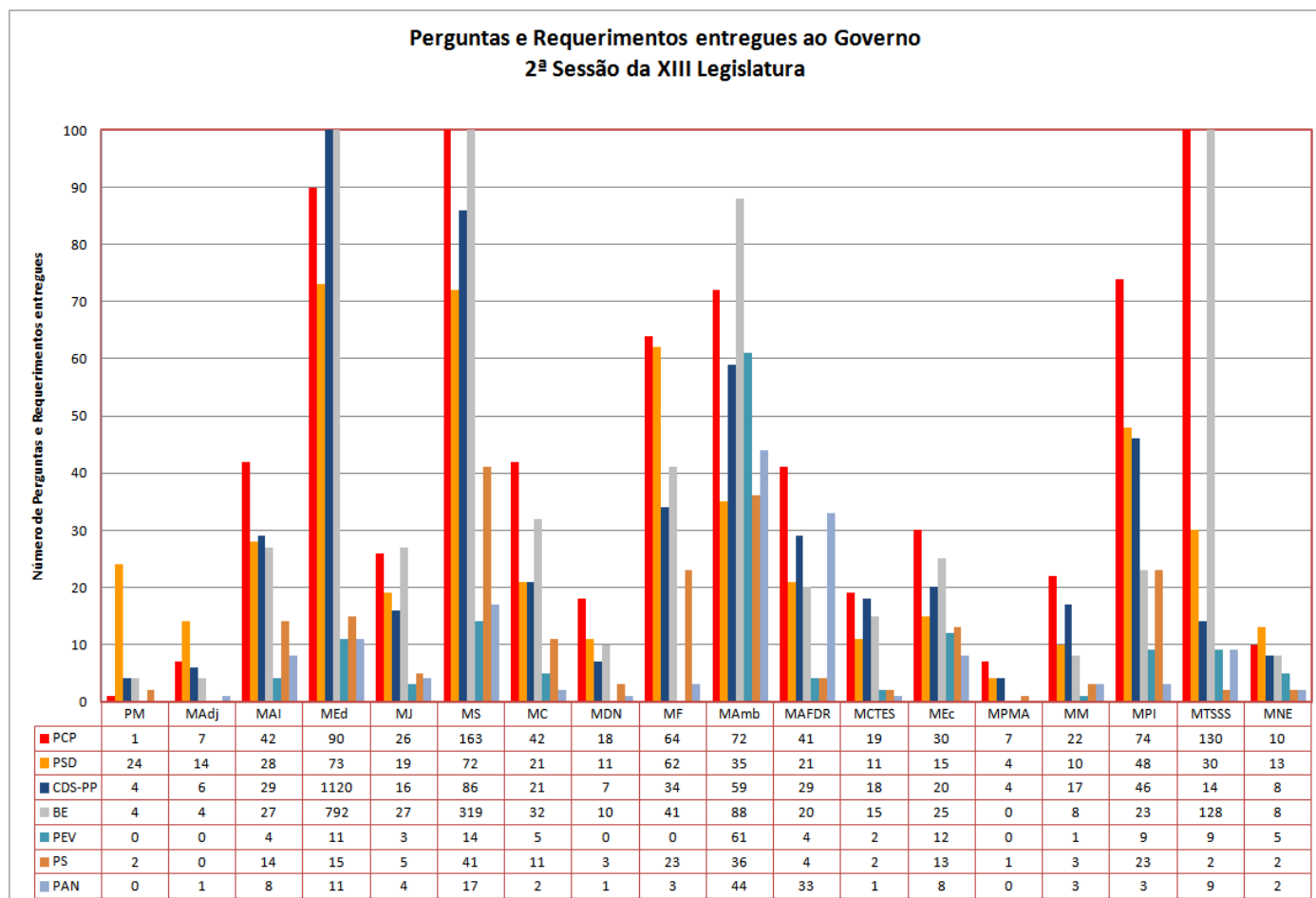
Voto	251	16-03-2017	Voto de Louvor pelos resultados alcançados pela Seleção Nacional de Atletismo da Associação Nacional de Desporto para o Desenvolvimento Intelectual no 8.º Campeonato Europeu de Atletismo de Pista Coberta, realizado em Praga
Voto	250	16-03-2017	Voto de Congratulação pela distinção do Prof. David Rodrigues com o Distinguished International Leader Award de 2017
Voto	247	09-03-2017	Voto de Solidariedade sobre os presos políticos saharauís detidos em Marrocos
Voto	240	09-03-2017	Voto de Congratulação pela comemoração do Dia Internacional da Mulher
Voto	237	09-03-2017	Voto de Congratulação pelos resultados obtidos pelos atletas Patrícia Mamona e Nélon Évora nos Europeus de Belgrado
Voto	236	08-03-2017	Voto de Congratulação pela comemoração dos 10 anos da aprovação da despenalização da interrupção voluntária da gravidez
Voto	234	02-03-2017	Voto de Saudação pelo reconhecimento do Carnaval dos Caretos de Podence como Património Cultural Imaterial Nacional e manifestação de apoio à candidatura destinada à sua classificação como Património Cultural Imaterial da Humanidade
Voto	231	23-02-2017	Voto de Pesar pelo falecimento do Embaixador José Fernandes Fafe
Voto	229	16-02-2017	Voto de Condenação pela operação de desestabilização e agressão contra a República Árabe da Síria
Voto	224	16-02-2017	Voto de Condenação pelo processo de ilegalização do Partido Comunista da Ucrânia
Voto	223	16-02-2017	Voto de Condenação pela tensão na península da Coreia
Voto	218	09-02-2017	Voto de saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF)
Voto	215	09-02-2017	Voto de Condenação pelas ações e decisões do Estado de Israel de alargamento da política de colonatos
Voto	214	09-02-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Georgette Ferreira
Voto	213	09-02-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Trindade
Voto	208	02-02-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Santos Pereira
Voto	207	02-02-2017	Voto de Condenação das políticas que desrespeitam os direitos dos refugiados e migrantes
Voto	204	27-01-2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Ruivo
Voto	203	26-01-2017	Voto de Pesar pelo Dia Internacional de Memória das vítimas do Holocausto
Voto	201	26-01-2017	Voto de Saudação para manter as promessas às mulheres e às raparigas
Voto	193	05-01-2017	Voto de condenação da escalada de tensão na península da Coreia
Voto	192	05-01-2017	Voto de Congratulação pela aprovação da Resolução 2334(2016) do Conselho de Segurança das Nações Unidas que condena os colonatos israelitas no território da Palestina
Voto	173	15-12-2016	Voto de Saudação pelos 40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas
Voto	167	06-12-2016	Voto de Saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
Voto	166	06-12-2016	Voto de Congratulação - Reconhecimento, pela UNESCO, do processo de fabrico do Barro Preto de Bisalhães – Vila Real
Voto	165	05-12-2016	Voto de Congratulação pelo reconhecimento da arte da falcoaria em Portugal como património cultural imaterial da humanidade pela UNESCO
Voto	158	28-11-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Fidel de Castro
Voto	155	03-11-2016	Voto de Protesto e Repúdio pelas recorrentes intromissões e pressões externas sobre Portugal e o povo português
Voto	148	27-10-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Fernandes
Voto	146	26-10-2016	Voto de Saudação à Seleção Nacional Feminina de Futebol, pelo apuramento para a fase final do Campeonato Europeu de 2017
Voto	143	20-10-2016	Voto de Solidariedade sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio dos Estados Unidos da América à República de Cuba
Voto	140	19-10-2016	Voto de Saudação pelo Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos
Voto	139	13-10-2016	Voto de Saudação pelo processo de paz na Colômbia
Voto	137	06-10-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Wilson

Voto	136	06-10-2016	Voto de Congratulação pela indicação à Assembleia Geral, pelo Conselho de Segurança, de António Guterres para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas
Voto	134	29-09-2016	Voto de Protesto e Repúdio pela eventual aplicação de sanções a Portugal através da cativação de fundos comunitários
Voto	130	23-09-2016	Voto de saudação às Missões Portuguesas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016
Voto	128	22-09-2016	Voto de Congratulação pela consagração da erradicação do Sarampo e da Rubéola em Portugal
Voto	125	16-09-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de José Rodrigues
Voto	123	15-09-2016	Voto de Pesar pela morte de Maria Isabel Barreno

18. Perguntas e Requerimentos

(atualizado a 19/07/07)

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/PerguntasRequerimentos.aspx>



Total de Perguntas e Requerimentos entregues na 2ª Sessão da XIII Legislatura

	Governo	Outras entidades	Total
PCP	858	1	859
PSD	511	11	522
CDS-PP	1538	62	1600
BE	1571	1360	2931
PS	200	12	212
PEV	140	1	141
PAN	150	0	150